PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

CLÁUDIA FERES

Fui convidada a entrevistar a professora aposentada do DCP-UFMG Mônica Mata Machado de Castro sobre sua trajetória profissional como cientista na Ciência Política brasileira. A pesquisa intitulada "Mulheres na Ciência Política Brasileira" é uma iniciativa da Diretoria da ABCP (2018-2020) e está sendo coordenada pelas professoras Carla Almeida (UEM) e Cristina Buarque (IESP). O convite me foi feito pela professora Cristina Buarque e aceitei prontamente motivada pelo desejo de ouvir os depoimentos das professoras sobre suas trajetórias profissionais.

Mônica Mata Machado de Castro, como tantas outras cientistas do DCP-UFMG (Magda Neves, Vera Alice Cardoso, Margarida L. Vieira, Fátima Anastasia, para mencionar algumas delas), ajudou a construir o DCP-UFMG movida, como aponta a própria Mônica em sua entrevista, pelo desejo de entender e se contrapor ao regime sobre o qual vivia: a ditadura militar instituída em 1964. A temática da democracia, em seus distintos âmbitos, marcou a geração destas profissionais. Ouvir como ela pensa e lida com a trajetória das mulheres na área de lá para cá se revelou uma experiência instigante, reveladora e marcada pelo espírito de uma época.

Auto-apresentação

MÔNICA MATA MACHADO DE CASTRO

Acho que minha trajetória profissional pode ser entendida e interpretada mais como a de professora universitária, especialmente de Universidade Federal, do que como de cientista política. Isso me pareceu claro ao ler e rever a entrevista que concedi à Cláudia. E essa minha avaliação parece fazer ainda mais sentido ao lembrar que, depois de aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais, trabalhei cerca de dezessete anos em faculdades do setor privado lecionando metodologia de pesquisa para alunos de mestrado em Direito. Meu interesse por Ciência Política sempre foi grande. Nessa área, além da dissertação de mestrado e da tese de doutorado, redigi alguns artigos que considero importantes, em termos teóricos e metodológicos. Claro que poderia ter produzido muito mais. Poderia ter tratado de publicar a tese de doutorado, por exemplo, mas nunca acabei de fazer a sua revisão. Certamente, as circunstâncias da vida podem explicar em parte essa inércia. Provavelmente, o fato de ser mulher também se relaciona com tudo isso. Quando fui entrevistada no concurso para o doutorado, um membro da banca me perguntou: “Por que você não se candidatou antes?” Respondi: “É a vida”...

Entrevista

Cláudia Feres: *Entrevista com Mônica da Mata Machado, professora aposentada do Programa de Ciência Política da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] para o Projeto Mulheres na Ciência Política. Gostaria que você apresentasse a sua trajetória profissional, formação e filiação institucional. Como você descreveria suas principais áreas de interesse de pesquisa? Quais foram e são as suas principais influências? Obras, autores e teorias sobre o seu trabalho? E, por fim, ainda nesse bloco, você contou com apoio financeiro e institucional para seguir nas áreas de pesquisa que lhe interessavam?*

Mônica Mata Machado de Castro: Primeira coisa, Cláudia, meu nome é Mônica Mata Machado de Castro. Todo mundo me chama de Mônica Mata Machado, mas... Eu podia ter dispensado o sobrenome Castro, quando me separei, mas não dispensei, porque toda minha vida profissional foi feita com esse nome. E tem outra coisa também. Tenho uma prima Mônica da Mata Machado que faz mapa astral. Às vezes, me telefonam pedindo mapa astral. Certamente, esse não é o meu perfil. Nesse sentido, o Castro me distingue.

CF: *Na verdade é Castro, Mônica Mata Machado.*

MMMC: Minha trajetória profissional: entrei na universidade para cursar Ciências Sociais, em 1968, ou seja, toda a minha formação acadêmica se deu no contexto da ditadura. Considero que esse fato teve consequências importantes na vida profissional, porque – costumo brincar – durante muito tempo, o nosso problema principal era a luta contra a ditadura, não construir uma carreira acadêmica. A carreira acadêmica, para mim, é importante, mas estava submetida à resistência à ditadura e ao problema da insegurança na qual tivemos de trabalhar naqueles anos. Durante a graduação fui, primeiro, monitora do curso e, nos dois últimos anos, estagiária no Cedeplar [Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional]. Me formei em 1971 e fui direto para o mestrado em Ciência Política, porque era o que existia em Belo Horizonte. Eu já era casada, com dois filhos... A Ciência Política, dentre as Ciências Sociais, sempre me pareceu mais estruturada e organizada, com professores mais preparados. Claro que sempre há alguns menos preparados, mas a Ciência Política, na graduação, sempre foi melhor lecionada que a Sociologia, na minha opinião. Claro que a Sociologia foi importante na minha formação e havia, eventualmente, professores muito bons. Mas tive, por exemplo, um professor de Sociologia que apareceu no primeiro dia de aula e depois nunca mais!

CF: *Sem compromisso algum.*

MMMC: Não era só isso. Havia, ainda, aquela tendência mais ensaística da Sociologia. Não tinha um recorte mais atual, para a época, de ciência que a Ciência Política mostrava. A Antropologia possuía professores de péssima qualidade. A Ciência Política me pareceu natural, porque o meu objetivo era trabalhar na universidade.

CF: *Mônica, você falou agora que quando foi para o mestrado já era casada e tinha filhos.*

MMMC: Já tinha uma filha. Meu segundo filho nasceu enquanto era aluna do mestrado. Me casei muito nova, aquelas coisas que fazemos na vida e não podemos falar muito. Hoje, acho que queria sair de casa. Me casei com 20 para 21 anos. Iniciei o mestrado em 1972 e comecei a dar aula no

segundo semestre de 1973 para o departamento de Ciência Política substituindo o professor Antônio Otávio Cintra em Política Brasileira. Dava aula para pessoas da minha idade, quase. Na época, o cargo era chamado de professora temporária.

CF: *Devia ser substituta, não?*

MMMC: Não, substituta foi mais tarde; na época, a nomenclatura era outra. Fui contratada para dar aula apenas naqueles quatro meses. No primeiro semestre de 1974, dei aula para a Sociologia, em uma disciplina chamada Sociologia I. No segundo semestre de 1974, voltei novamente para a Ciência Política como professora temporária e foram mais quatro meses assim. Do ponto de vista da legislação trabalhista, claro que não era legal. Em 1975, criaram o curso básico na área das Ciências Sociais com Ciência Política no primeiro semestre – a disciplina era Política I. O departamento teve de contratar mais professores, acho que cinco, e fui uma delas. Mas só me tornei professora da universidade com *status* um pouco melhor com a reforma que foi implantada entre 1973 e 1974. Do fim de 1974 em diante, todos que já estavam na universidade se tornaram professores...

CF: *Assistente.*

MMMC: Assistente foi depois da greve. Eu era auxiliar de ensino no fim de 1974, com um contrato mais permanente. Foi interessante porque, depois, me pagaram todos aqueles meses anteriores; nesse ponto foi correto. E todos os que foram contratados depois e que não estavam ainda na universidade – havia também professores que vinham de outros departamentos – se tornaram colaboradores. Foram professores colaboradores até uma grande greve que fizemos, depois da qual se criou um plano de cargos e salários. Foi então que todos na nossa situação se tornaram professores assistentes, mesmo aqueles que não tinham o mestrado; mas a maioria no departamento de Ciência Política já estava cursando o mestrado.

CF: *O seu mestrado foi aqui?*

MMMC: Foi, na Ciência Política. Como disse, me tornei professora quando era aluna do mestrado, me chamaram para substituir o Antônio Otávio.

CF: *Com quem você trabalhava à época? Me lembro da sua parceria...*

MMMC: Isso foi mais adiante. Nessa época, em 1975, estávamos mais voltados ao projeto do básico em Ciências Sociais. Vários cursos passaram a fazer parte do básico de Ciências Sociais e outros professores foram contratados como colaboradores. O básico, praticamente, acabou em meados da década de 1980, época em que já me envolvi com Metodologia. Mas antes você tinha me perguntado...

CF: *Suas principais áreas de interesse.*

MMMC: Continuando meu raciocínio, vivemos essa insegurança a respeito do trabalho, porque éramos todos CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Inclusive, há alguns fatos de que muitos não se lembram. Todos que trabalham em regime da CLT em faculdades particulares, por exemplo, pagam até o teto do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]. Nós pagávamos os 11% sobre todo o salário. Mas, no fim, acho que acabei sendo privilegiadíssima quando me aposentei já pelo regime do funcionalismo público, que nos incluiu, no fim de 1991, como funcionários públicos. Não é questão de culpa. Aprendi, na psicanálise, que culpa não faz sentido. Sinto responsabilidade pela universidade, porque sou uma privilegiada, sem dúvida alguma. Mas quem fala dos privilégios dos

professores e dos funcionários públicos federais se esquece de fatos daquele tipo, que pagávamos sobre o salário total e não sobre o teto do INSS! Agora chamam a atenção, também, para o fato de que desviaram o dinheiro do INSS para a Transamazônica, a CSN [Companhia Siderúrgica Nacional] e por aí vai. A Previdência está em crise? Concordo. Mas também há que se lembrar disso tudo. Até a promulgação do regime jurídico único, que é no fim de 1990, quando todos nós nos tornamos funcionários públicos, vivíamos como celetistas. Até certo momento desse processo todo, pelo menos até o fim da década de 1970 e começo da década de 1980, até, principalmente, aquela greve que nos deu o plano de cargos e salários – não vou conseguir me recordar da data exata –, vivíamos com muita insegurança. Principalmente os colaboradores. O regime jurídico único foi uma festa para nós. Você entrou na universidade em que ano?

CF: *Em 1988*.

MMMC: Então você também é funcionária pública.

CF: *Não, entrei como aluna em 1988.*

MMMC: Ah, 20 anos depois que comecei a minha graduação.

CF: *É. Na verdade, fiz o vestibular em 1985, na UFMG, para o curso de Terapia Ocupacional. Não sei por que fiz esse vestibular. Não gostava, mas fui ficando até que vi que não dava. Foi quando fiz Ciências Sociais.*

MMMC: Exatamente 20 anos depois que comecei! Assim que entrei, havia acontecido um fato com a reforma universitária nesse processo todo da ditadura. Você sabe que antes existia um curso de Sociologia e Política na Faculdade de Ciências Econômicas e também um curso de Estudos Sociais aqui?

CF: *Aqui na Fafich [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas]?*

MMMC: Sim.

CF: *Mas não era no mesmo lugar?*

MMMC: Não.

CF: *Na Economia lá no centro...*

MMMC: E na Fafich tinha um curso de Estudos em Ciências Sociais. A ditadura acabou com o curso de Sociologia e Política – acho que era esse o nome do curso. Minha irmã o fez, ela entrou em 1963 ou 1964. Acabaram com um curso que era excelente. Boa parte do pessoal que estudou lá se tornou importante na Ciência Política brasileira.

CF: *Lógico. Foi o primeiro, não é?*

MMMC: Não, mestrado, não. O primeiro mestrado é de 1967 ou 1968.

CF: *O departamento de Ciência Política da UFMG foi o primeiro do Brasil.*

MMMC: É.

CF: *Mas começa antes, lá na Economia.*

MMMC: Sim. Mas as universidades não eram organizadas em termos de departamento naquele momento. Foi a reforma universitária que introduziu a departamentalização. Os professores eram do curso. Mas do ponto de vista da minha trajetória profissional, é muito importante destacar a ditadura e a insegurança profissional. Outra questão: a dissertação de mestrado, chamávamos de tese. A exigência era maior do que hoje, na minha avaliação.

CF: *Era mesmo e era uma obra.*

MMMC: É. E isso não era importantíssimo para mim. Dei mais importância para isso no fim da década de 1970, tanto que só fui defender minha dissertação em 1981. Não havia a possibilidade de jubilar os alunos. Mais tarde, com a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] controlando, teve de...

CF: *Adequar.*

MMMC: Isso. E depois me tornei professora. Como disse, sou mais privilegiada ainda, porque o regime jurídico único trouxe vários benefícios que não tínhamos, como férias-prêmio: a pessoa, quando se aposentava depois de 25 anos de trabalho, as mulheres, recebiam férias-prêmio atrasadas – o que não fazia sentido algum, mas era possível contar esse tipo de férias em dobro para se aposentar. Havia outro dispositivo que causou uma confusão no ano retrasado e era o melhor de todos: se a pessoa se aposentasse como adjunto, ela passava a receber como titular; se se aposentasse como assistente, ganhava como adjunto; e quem já era titular, tinha direito a mais vinte por cento do salário ou coisa desse tipo. Consegui esse privilégio por 16 dias.

CF: *Por 16 dias?! Por quê?*

MMMC: Porque baixaram uma medida provisória que só entrava em vigor depois de ser aprovada pelo Congresso. Me aposentei em fins de 1996, tinha feito o pedido 16 dias antes da medida provisória. Ela caducou, mas, depois, foi reeditada – há uns dois anos estudei isso com os documentos que tenho –, aprovada e entrou em vigor, valendo desde a data anterior: 16 dias depois de minha aposentadoria. Lembra daquela confusão com o Tribunal de Contas da União [TCU] há dois anos? Chamaram muitos aposentados e nos disseram que estávamos devendo alguns milhões à universidade?

CF: *Não soube disso.*

MMMC: Não? Foi por causa disso! O Tribunal resolveu investigar por que a universidade, uns meses antes, tinha gastado muito mais dinheiro que o normal – me parece que foi isso. Estavam pagando os salários atrasados de acordo com uma mudança legal. A investigação do TCU concluiu que nós não tínhamos direito de receber aqueles adicionais e tínhamos de devolver para a universidade. Havia uma portaria que afirmava que não tínhamos esse direito. Isso foi um drama! Todos nós fomos chamados ao DP [departamento de pessoal] central da universidade. Muitas pessoas idosas que tinham se aposentado em 1970, 1980 sendo chamadas. Foi um vexame para o Tribunal de Contas da União, na minha avaliação. Acabou que o Tribunal teve de aceitar os argumentos do Elias [Antonio Jorge], que foi quem nos defendeu – ele faleceu ano passado, era professor do departamento de Computação e sempre foi muito ativo na Apub [Associação dos Professores]. Ele acompanhou o processo todo e como conhecia a situação e sabia argumentar com os números, foi no Tribunal de Contas para mostrar que nós tínhamos o direito: a lei estava em vigor na época.

CF: *Então você perde esses privilégios?*

MMMC: Por 16 dias perderia esse privilégio. Na verdade, me aposentei muito nova justamente porque o clima era de que se não me aposentasse perderia aqueles privilégios. Mas quando fui assinar minha aposentadoria, ficou anotado que a universidade tinha o direito de me cobrar dois anos e pouco que eu devia, por ter ficado quatro anos de licença para fazer o doutorado. Estou pagando até hoje. Assim, senti a necessidade de continuar contribuindo com o DCP [departamento de Ciência Política] como voluntária e fiquei mais um tempo lecionando metodologia para o mestrado e o doutorado e, depois, participei, também, em pesquisa e orientação de teses. Quando entraram os novos professores, na expansão criada com o curso de Gestão Pública, começaram a me olhar atravessado como se perguntassem o que eu estava fazendo ali. Uma pessoa chegou a me dizer que eu deveria estar ajudando a cuidar dos meus netos.

CF: *Que indelicadeza.*

MMMC: Mas aconteceu. Uma falta de consideração... Mas, do ponto de vista da Ciência Política, sempre me interessei por essa grande área da participação política. Tive a oportunidade de trabalhar com o Fábio [Wanderley Reis], de participar de várias pesquisas eleitorais feitas no departamento e a minha dissertação de mestrado foi nessa área, que abarca também sistemas eleitorais, partidos, sistemas partidários, eleições e comportamento do eleitorado. Por outro lado, me interessei por metodologia, acho interessante chamar a atenção. Tive bons professores embora, na minha graduação, alguns entendiam metodologia somente voltada para "como fazer uma monografia".

CF: *Isso.*

MMMC: A metodologia pode começar com a epistemologia para pensar em métodos e técnicas de pesquisa. O departamento de Ciência Política, quando foi criado o mestrado, teve um excelente professor como visitante, um metodólogo, cujo nome não me lembro, que formou todo um grupo que entrou antes de mim no mestrado em Ciência Política. O Ronaldo Noronha foi aluno desse professor e foi meu professor; também tive uma excelente professora que foi para o exterior e por lá ficou. Tive excelentes professores de metodologia já na graduação. Quando entrei no departamento como professora, todo ano era aquela discussão: quem vai dar metodologia? Porque a professora da disciplina estava no Estados Unidos, naquele programa da Fundação Ford que dava bolsas de estudo para estudar fora. A ideia era que os professores tivessem essa formação e depois voltassem para o departamento e a Sônia Avelar não voltou. Quando viram que a Sônia não ia voltar...

CF: Não é a Sônia Alvarés?

MMMC: Todo ano era aquela luta para encontrar alguém para aquela disciplina. Eu sempre gostei da área, desde a dimensão mais filosófica até a mais aplicada, de pesquisa propriamente dita. Não me lembro se foi em 1985 ou 1986, mas havia esse dilema e resolvi manifestar minha vontade de ser professora de metodologia para o curso de Ciência Política no mestrado. Passei um ano fazendo curso, fiz o do Fábio para os alunos do mestrado – eu ainda não tinha o doutorado –, fiz outro curso com um professor que deu aula em um semestre e trouxe uma bibliografia boa. Estudava até fim de semana, sempre gostei muito de estudar. Hoje, além de jornal, quase só leio literatura.

CF: *Que privilégio!*

MMMC: Leio dois, três livros por mês. Antes só fazia isso durante as férias, já que durante o semestre letivo a leitura era toda voltada para o preparo das aulas e para pesquisa e elaboração de trabalhos escritos.

CF: *O seu doutorado foi no Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro], não é mesmo? Com quem você trabalhou lá?*

MMMC: O meu orientador foi o Olavo Brasil de Lima Junior. Eu já tinha 42 anos quando comecei o curso. Escrevi a tese rapidamente. Produzia os capítulos da tese a partir dos cursos que tinha que fazer para cumprir os créditos do doutorado. Com três anos e meio entreguei a tese para a banca.

CF: *Você contando sua trajetória de inserção na universidade, algo me chamou a atenção, e essa pergunta faz parte do bloco dois, que é a relação entre trajetória acadêmica e vida privada. Você disse que "começou tudo isso com dois filhos e casada". Essa dimensão privada, não só do casamento e da maternidade, como foi afetada e como afetou a sua carreira, tendo como pano de fundo a conjuntura política?*

MMMC: Certamente minha carreira foi afetada. Meu marido era um profissional liberal, advogado, e eu não podia – como muitos casais – fazer cursos no exterior, não tive condições de fazer. E tem outra questão familiar: tenho um irmão morto sob tortura pela ditadura em 1973 e isso também marca para sempre a história da família até, pelo menos, a geração dos meus filhos. Essa é uma dimensão da vida privada que é essencial, que tem a ver com a luta contra a ditadura. Talvez, não sei, essa retração minha, isso de ser mais fechada, voltada para mim mesma, tenha muito a ver com a questão, também, de o meu pai ter sido perseguido político: cassado como deputado em 1969 e aposentado compulsoriamente da universidade. A certa altura da minha vida, percebi que meu temperamento, nessa dimensão de não me manifestar, não me atirar e de não me arriscar em uma discussão pode ter a ver com o fato de achar que meu pai apareceu demais e, por essa razão, foi perseguido como o meu irmão, que acabou assassinado. Faço essa hipótese. É claro que ter dois filhos, ser casada nas circunstâncias que eu era, afetou a minha vida acadêmica. Já que o tema aqui é uma questão feminina...

CF: *De gênero.*

MMMC: Mas nunca senti isso como uma questão de gênero, pelo menos dentro da universidade. Para mim, foi uma questão de escolha pessoal. Senti muito mais como questão de gênero fora da universidade. Não sei se há evidências para o que vou dizer, mas foi em torno da minha geração – um pouco para cima, um pouco para baixo – que grande parte das mulheres de "classe média", mesmo as casadas, começaram a trabalhar "fora" no Brasil. Acho que os dados sustentam isso. Sofri muito mais fora: estando em uma festa de família, por exemplo, alguém me perguntar com quem meus filhos ficaram, ainda mais nessa tradicional família mineira. Com sinceridade, nunca senti nenhuma restrição na universidade por ser mulher.

CF: *Que interessante!*

MMMC: Sempre houve muita compreensão, nunca senti esse problema lá. Sentia no entorno, como na família do meu ex-marido, por exemplo. Não sei se hoje ainda existe isso. Morro de pena das mulheres da minha geração que não trabalharam e hoje estão passando quase que necessidade, que não enfrentaram profissionalmente a vida. Sempre achei o melhor serviço do mundo o meu trabalho como docente de uma universidade federal e não senti restrição por ser mulher. Você entra em sala de aula e controla tudo. Poucas vezes, durante a ditadura, teve um ou outro momento em

que me senti diretamente pressionada, mas não por ser mulher, mas por ter as opiniões políticas que tinha.

CF: *Você acha que foi muito mais reprimida na vida pela condição política do que pela condição de gênero nesse cenário político?*

MMMC: Sim e acho muito importante dizer. Acho, também, que essa ênfase no problema feminino como uma área de estudo próprio etc., muitas vezes ultrapassa um limite aceitável. Escuto pessoas dizendo que para se estudar o problema de gênero há que se ter metodologia própria e, para mim, isso não faz o menor sentido. Entendo como uma escolha minha, podia ter optado por outra coisa na minha vida e vejo que fiz a escolha correta quando olho para trás, por ter enfrentado o desafio da vida profissional, titubeando aqui e ali, experimentando. Como você disse, o contexto da ditadura militar me afetou muito mais do que a minha condição de mulher, ainda mais na universidade. Pode ser que um ou outro professor tenha criado algum problema, mas ele não tinha a menor importância para mim. Lembro, por exemplo, que fiz um curso no mestrado em que o professor deu nota "B" para todas as mulheres e "A" para todos os homens. Meu único "B"! Sofrível!! Acho que as pessoas de quem gostei na minha vida nunca me trataram de forma diferente por eu ser mulher. Acho que esse é um privilégio da universidade também.

CF: *Não sei se é a área. Outro dia, li uma reportagem da filha de uma colega, professora da medicina. Ela é uma jovem cientista muito reconhecida na área de física e na reportagem – menciono isso porque é informação pública – ela conta que a sua professora falava que ela não deveria assinar como mulher. Ela teria muito mais chances na academia internacional se ela não assinasse como mulher.*

MMMC: O que significa não assinar como mulher?

CF: *Que ela usasse um pseudônimo ou coisa do gênero, porque teria muito mais chance internacionalmente do que assinando com o nome dela. E ela diz ainda que essa professora, que era orientadora dela, dizia isso por desejar protegê-la, porque a competição no nível internacional é muito pesada para as mulheres. Ela contextualiza isso, mas diz que não falaria isso para as suas orientandas. Nesse contexto, te pergunto se você acredita que a relação entre vida privada e profissional se dá da mesma forma do que com seus colegas homens, nós teríamos as mesmas condições de trabalho que os nossos pares?*

MMMC: Tive uma discussão com minha irmã há poucos dias sobre isso. Ela é da psicologia social e vê privilégio dos homens na universidade, até nos salários. Ela já trabalhou com a Apub em uma ocasião e disse que, mesmo nas universidades, os homens ganhavam muito mais do que as mulheres. Retruquei dizendo que os homens se atiravam mais, disputavam mais, foram mais atrás do que as mulheres. Eu podia ter ido atrás, disputado etc., mas fiz outra escolha. Tenho essa consciência: meu temperamento também me limitou. Desde menina, tenho antipatia de concorrência, de disputa. Quando fiz o primeiro ano de ginásio, o colégio Sion, onde estudei, avisou que abriria duas turmas para o que hoje seria quinta ou sexta série e a minha turma foi para o turno da manhã, em que só tinha o chamado Curso Normal. Tive uma colega que parecia disputar nota comigo e só fui perceber isso nesse momento: eu descendo no fim da aula e ela subindo as escadas, sempre perguntava as minhas notas. Eu desprezava aquilo. Desde então tenho raiva desse tipo de coisa. Você não precisa brigar por isso. Na verdade, talvez em áreas como a medicina e no cenário internacional, a disputa entre homens e mulheres seja maior. Não nego isso, só estou falando que não senti na minha área, no meu contexto, na minha vida. Mas, sem dúvida alguma, houve muita pressão sobre mim. Talvez eu é que não me incomodasse com isso.

CF: *Você estava entre pares.*

MMMC: Sempre me senti entre pares, mas com respeito pelos colegas que foram meus professores e me marcaram. Reconheço que um professor, apesar de colega, sabe muito mais do que eu, e, no fundo, gostaria de ser como ele! Por exemplo, as pessoas me ligam muito ao Fábio do que... Não sei. A dificuldade que temos de entender a aula dele de vez em quando, talvez a dificuldade que ele tem de passar as ideias. Sempre falei com os alunos que me procuravam: "Anotem tudo. Na hora vocês podem não entender, mas quando lerem, depois, vão ver que faz sentido", porque ele falava enrolado e apressadamente, com frases que se atropelavam. Então, para mim, ele sempre foi um professor.

CF: *A sua geração foi muito marcada por ele, não é?*

MMMC: A pessoa mais marcante no departamento foi ele, provavelmente. Tenho experiências inusitadas com ele.

CF: *De pesquisa?*

MMMC: Não só de pesquisa – em termos de pesquisa aprendi muito com ele, mas acho que colaborei bastante também –, experiência pessoal mesmo: por exemplo, abri a boca a chorar em uma aula do Fábio Wanderley Reis.

CF: *Porque não entendia?*

MMMC: Não. Porque ele teve uma atitude daquelas vistas como autoritárias, embora tenha sido provocado. Gosto muito de contar esse caso, porque mostra muito quem são as pessoas, entre elas, eu. Aluno, hoje, não entende várias dificuldades que tínhamos. Na época, ainda não tínhamos xerox. Não sei se você se recorda.

CF: *Na minha época já tinha.*

MMMC: Havia uma biblioteca específica da Ciência Política, com um ou dois volumes dos livros. Só na década de 1990 compraram livros e revistas em disquetes e podíamos tirar cópia dos artigos, antes não tinha isso. Tínhamos seminário uma vez por semana e na biblioteca havia poucos exemplares do mesmo livro. Sendo assim, a regra era de que o aluno pegasse em um dia e devolvesse no dia seguinte para que o maior número de pessoas pudesse ler. A minha turma era muito grande, tinha 18 alunos, havia três ou quatro que fizeram o concurso no ano anterior e não puderam vir. Era uma disputa para pegar um livro a ser lido para o seminário do Fábio na semana seguinte. Tive duas colegas que, no primeiro dia de aula, pegaram a lista de leitura do Fábio e fizeram a reserva de todos os livros para elas e a bibliotecária aceitou, o que foi erro dela também. Havia aquela dificuldade para ler tudo. O Fábio também passava algumas leituras que muitos não suportavam. Naquele dia, chegamos para o seminário e várias pessoas não tinham lido um dos livros indicado. Nem lembro se eu tinha lido, talvez tenha tentado, mas não tenha conseguido ler parte da bibliografia. Um colega começou a falar da dificuldade de acesso ao livro, criticou a literatura e falou: "Nós não vamos ler". Havia outro colega do Rio Grande do Sul, muito mais velho do que o resto da turma, que tinha falado muito nas duas primeiras aulas do Fábio, como se fosse ele o professor – e tivemos que escutá-lo desfilar seu Rousseau e Locke inteiros – e estávamos esperando que o Fábio tomasse alguma posição, mas ele deixou esse colega tomar a palavra. Isso causou um mal-estar entre nós porque, quando o primeiro colega criticou a literatura e o acesso escasso às leituras, esse, do Rio do Grande do Sul, começou a ofender e falar mal dos colegas: "Eu saí do Rio

Grande do Sul dentro do meu Volkswagen, moro com minha família em um apartamento apertado e esses meninos, vagabundos, ficam confrontando...” E continuou a nos ofender, porque estávamos enfrentando o professor. Houve uma discussão generalizada depois da reação desse colega e o Fábio determinou que todos deviam trazer um trabalho escrito sobre aquela bibliografia na semana seguinte. Então fez um intervalo. Quando voltamos para a sala de aula, olhei para uma colega e seus olhos estavam marejando; não aguentei e desatei a chorar em plena aula.

CF: *Por que você ficou fragilizada ou em solidariedade à menina?*

MMMC: Fiquei totalmente fragilizada com a situação. Um colega nosso dando razão ao professor e nos criticando? Outra colega disse para mim: “Mônica, você chorou porque nunca teve um pai autoritário”. Não sei se ela tem razão, meu pai era autoridade, mas não era autoritário.

CF: *São duas coisas bem diferentes.*

MMMC: Você acredita que quando o Fábio me viu chorando – e eu estava aos prantos mesmo, olha o vexame; vinte e poucos anos, em pleno mestrado – ele voltou atrás? Gosto de contar isso, porque ele tem essa imagem de muito rigoroso, mas quando me viu daquele jeito, suspendeu a tarefa, disse que não era para provocar aquilo.

CF: *Interessante*.

MMMC: Outros guardaram essa história com mágoa. Em algum momento da minha trajetória, senti que ele tinha razão. Tenho muita experiência boa na universidade, sempre gostei muito de trabalhar no departamento.

CF: *Pois é. Passando para nosso último bloco, gostaria de te perguntar um pouco sobre a condição da mulher na Ciência Política. Acho que você já se expressou sobre esse campo disciplinar, mas se quiser falar um pouco mais. Como você avalia os caminhos da Ciência Política e, mais especificamente, no Brasil, nas últimas décadas? Quais foram os limites e virtudes? Sua trajetória individual como professora e pesquisadora nesse quadro mais geral? Como você percebe a importância que vêm adquirindo as demandas relacionadas a gênero nos últimos anos no mundo do trabalho, inclusive nas nossas instituições? E você acabou de narrar uma situação em que você enfrentou – não sei se por ser mulher...*

MMMC: Não sei. A menos que reconheçamos que há diferenças, de fato, entre homens e mulheres em termos de capacidades em geral. No mínimo, somos educadas para não enfrentar, ou para só enfrentar chorando.

CF: *Desse jeito. Você falava do choro e sou uma pessoa muito chorona também. No meu mestrado, quando me deparava com essas situações de muita pressão, inclusive com o Fábio, também abria a boca e chorava. Diferentemente de colegas que têm outro tipo de reação. Mas muito interessante é que acho que hoje isso é muito mais bem visto e aceitável do que deve ter sido na sua época e na minha.*

MMMC: Essa emotividade?

CF: *A externalidade da fragilidade. Até hoje choco com pessoas sem educação, com o excesso de agressividade das pessoas.*

MMMC: Eu fico indignada.

CF: *Eu fico em dúvida se devemos ser assim mais agressivos ou não, mas, de fato, não sou.*

MMMC: Fico chocada com certas situações. Uma vez, fui a uma festinha, um chá de bebê, de uma ex-aluna nossa e havia várias alunas do grupo de estudos de gênero que tem lá no departamento de Ciência Política. Elas foram desfilando o nome dos professores e dizendo sobre cada um deles: "Esse é machista, esse também". Fiquei chocadíssima com aquilo.

CF: Por quê?

MMMC: Porque não dá para você afirmar, de cara, que um sujeito que disse alguma coisa em certa situação é machista e pronto. Com que autoridade você pode fazer essa afirmação? Acho que essas classificações são complexas, sutis. Existe o machismo? Sem dúvida. Tenho um lado feminista também, mas não esse agressivo. Acho muito difícil discutir isso, existe um limite e algumas coisas me chocaram. "Professor falou isso, então é machista", colegas que sempre me trataram muito bem. Até já me esqueci dos nomes, mas elas foram classificando cada um dos professores do departamento de Ciência Política, meus colegas, como sendo machista ou não, nome a nome em uma reunião pública – estavam em uma festa falando coisas desse tipo. Acho que a essa "etiqueta" pode colar e que é uma disputa muitas vezes sem eficácia do ponto de vista de defender um lugar para as mulheres, porque o caminho não é na base da disputa, é na base da conquista.

CF: *O que você chama de sua perspectiva feminista, conforme você comentou agora há pouco: "eu também sou feminista". Em que você se coloca, se vê e atua como tal?*

MMMC: Primeiramente, criticando todas essas bobagens que as pessoas falam das diferenças entre homens e mulheres com base em pseudociência, como as pessoas que falam de diferenças neuronais. Não acho que seja por aí. A minha perspectiva é defender a contribuição, participação e o direito da mulher de se expressar. Hoje, sou discurseira e minha bandeira é o direito dos idosos. Falo, na brincadeira, que, assim como existe a fila para o deficiente visual e auditivo, devia haver, também, a fila para os deficientes virtuais (risos).

CF: *Para os nativos não digitais (risos).*

MMMC: Dá uma raiva quando você diz que não usa *Internet Banking* e as pessoas ficam espantadas.

CF: *"Como?"*

MMMC: (Risos) Acabei baixando o aplicativo do Banco do Brasil no meu celular e, aliás, estou me dando muito bem com ele. Mas quero defender o direito da minha mãe existir. Ela não existe mais, uma vez que não está no mundo virtual! Tenho que levar minha mãe todo ano para fazer recadastramento, porque ela recebe pensão do meu pai: é complicado, ela já tem 100 anos. Defendo as mulheres como defendo qualquer minoria, qualquer situação em que se tenha a negação de direitos. Grupos que são restringidos por alguma coisa. Outro dia estava brigando com um atendente, por telefone, porque não conseguia passar meus pontos do cartão de crédito para uma companhia aérea. Foram dificultando tanto que, hoje, só se faz pelo aplicativo. Defendo o direito a não ter mais uma senha imposta, por exemplo. De vez em quando faço até papel de idiota (risos).

CF: *E também de militante, pelo visto.*

MMMC: É. Talvez também de militante, porque chego ao Banco do Brasil e começo a brigar, porque não tem como eu pagar meu IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano] na máquina, pois só se

pode pagar, por dia, até um determinado valor e o IPTU ultrapassa. Posso mudar? Posso, na máquina, mas tem que ser naquela com biometria e não na de senha. Eu tenho a biometria, mas quero assegurar o direito da minha mãe.

CF: *De não ter.*

MMMC: Aliás, também o direito da minha filha que não tem mais digital. Não é só da minha mãe; as máquinas não leem a digital da minha filha.

CF: *Entendi, restringe as pessoas.*

MMMC: Outro dia, escutei ao telefone de um atendente: "A senhora não tem um filho ou sobrinho para lhe ajudar a resolver essa questão?!", ao que respondi: "Você percebe a maldade da frase que você está falando comigo?". Agora estão querendo nos impor a pegar todas as contas – telefone, TV a cabo, etc. – por meio da Internet. Não quero e pronto. Devo ter esse direito.

CF: *Como se você não tivesse nenhuma autonomia.*

MMMC: Como se eu fosse uma ignorante. Como esses serviços de *telemarketing* absurdos. Faço questão de me indignar com esse tipo de observação enquanto for viva e isso não acontece apenas com as mulheres. Com outros grupos sociais também ocorre. Sou feminista nesse sentido.

CF: *Defensora de grupos minoritários.*

MMMC: Do respeito a todas as pessoas. Do respeito às diferenças de idade, sexo, raça, religião, etc. Todos os tratamentos diferentes que dizem respeito a essas distinções me chocam. Sou feminista nesse ponto, não porque acho que tenha que ter uma ciência da mulher ou coisa do tipo. Outra coisa importante que quero chamar a atenção é que, na minha trajetória profissional, outra guerra que tive de enfrentar, e na qual venci algumas batalhas – talvez tivesse que fazer um estudo para avaliar os resultados dos meus esforços nessa dimensão –, foi em termos de metodologia. Na minha concepção, não existe esse quadro de metodologia quantitativa *versus* qualitativa, existem técnicas diferentes de se fazer pesquisa. Uns chamam de qualitativas, nome do qual não gosto, porque parece que somente este grupo possui qualidade, ou seja, o nome é ruim para mim. Até onde percebo, essa disputa persiste e não vejo sentido nisso. A forma como metodologicamente se trabalha como um problema varia conforme seus objetivos e seu objeto de estudo. Não dá para afirmar a predominância de uma técnica sobre as demais. A proposta de uma metodologia própria para o estudo de questões de gênero, para mim, não faz o mínimo sentido da forma como entendo metodologia e defino esses termos. Tive de enfrentar essa briga com meus estudantes desde meados da década de 1980, quando comecei a dar aula de metodologia. Não tenho acompanhado tanto a Ciência Política nos últimos anos, salvo quando recebo um trabalho para dar um parecer ou quando acompanho algum projeto, mas isso acontece cada vez menos. Tenho visto uma expansão muito grande dos trabalhos de tipo chamado quantitativo de qualidade baixa e isso me dá muita tristeza.

CF: *Quantitativo?*

MMMC: É. Houve essa expansão muito grande das técnicas quantitativas de análise de dados. A criação de instrumental estatístico de análises ultrassofisticadas, alguns com os quais não sou capaz de trabalhar, embora conheça a lógica. Mas isso não garante trabalho de qualidade. Acho que esse processo tem sido mal trabalhado.

CF: *Engraçado. A sua perspectiva é de não dar preferência ao qualitativo nem ao quantitativo, que essa opção tem a ver com a adequação do objeto e de outras questões do projeto de pesquisa. Já te ouvi falando isso e acho que é a opinião mais sensata, porém isso nunca colou no departamento de Ciência Política. Parece que essa disputa sem sentido permanece. E você formou várias pessoas que estão ali.*

MMMC: Essa guerra eu não ganhei! Tenho algumas hipóteses a respeito da persistência disso, mas essa é outra discussão. Posso ter ganhado algumas batalhas, com algumas pessoas. Você foi minha aluna?

CF: *Fui sua aluna, mas não nos cursos regulares, e sim nos cursos oferecidos pelo MQs [Métodos Quantitativos]. Me lembro muito bem, porque via como uma disputa muito sem sentido. Quando chegava à sala de aula e via você falando com uma visão tão diferente desse espírito de disputa, eu apenas me certificava de que aquilo não fazia o menor sentido.*

MMMC: É porque você pensa igual a mim. As pessoas têm essa postura e dentro da academia tem muito. Tenho horror a isso!

CF: *Porque são etiquetas.*

MMMC: São etiquetas e as pessoas não só colam em você, como também começam a reduzir você aos estereótipos ligados a essas etiquetas, começam a tentar deduzir do que você é favor ou contra. De trinta anos para cá, me defino e me sinto como minoria da minoria da minoria.

CF: *Você é muito gozada!*

MMMC: Porque não dá para lidar com esse reducionismo. Essa briga hoje está aí, se manifesta na perseguição ao marxismo e à dita ideologia. Isso está se manifestando da pior forma possível! Outro dia uma colega da hidroginástica me disse que achava que todo mundo da universidade fosse petista. Respondi que há muita divergência na universidade, assim como há controvérsias na área social, que essa é a dimensão mais bonita das duas, que sempre despertou meu interesse: a variação e a diversidade.

CF: *Mônica, para finalizar, não sei se você acompanhou um pouco ou se já tinha se aposentado quando começam as políticas afirmativas para grupos minoritários, que são as cotas. Não sei se você teria uma avaliação disso. Como você se coloca, em função da sua visão mais liberal em termos de gênero, de um modo geral, mas indignada com a falta de direitos de grupos excluídos? Como você vê isso na universidade? Não sei se você chegou a refletir sobre isso.*

MMMC: O que acompanhei mais foram as cotas que asseguram a entrada na universidade e sempre fui a favor. Mas não necessariamente cota de raça. Acho que as cotas devem ser socioeconômicas. Muitas pessoas reclamaram comigo que baixou o nível da universidade, o que é uma bobagem, pois há vários estudos provando o contrário, que as pessoas que entram por cota costumam ser mais esforçadas e se saem bem. Do ponto de vista de professora, não acompanhei o suficiente para ter uma posição. Outro dia pensei sobre concursos públicos para professor da universidade, com cota, e me pareceu que vai ser sempre impossível. Você faz concurso para uma ou duas vagas, então como distribuir?! Colocando um negro e um branco?! Um homem e uma mulher?! Acho que aí já não faz sentido, porque o mais importante, na universidade, é quando o mérito funciona preponderantemente. Mérito e capacidade e não outras questões. Em um concurso para cinquenta juízes é até possível aplicar a política de cota, mas em concurso de professor universitário é difícil. E, certamente, a universidade não tem o número de negros que deveria ter. Na nossa área, acho até

que as mulheres são provavelmente a maioria. O que também reproduz aquele pensamento estereotipado de que mulher vai para a área de artes e humanas e homens vão para as áreas das ciências exatas.

CF: *Que é aquele caso que relatei.*

MMMC: E é triste. Eu, pelo menos, fiz o que bem entendi. Graças a Deus!